

INDÚSTRIA DA CULTURA CORPORAL EM ACADEMIAS DE GINÁSTICA: NEXOS E DETERMINAÇÕES DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL

INDUSTRIA DE LA CULTURA CORPORAL EN ACADEMIAS DE GIMNASIA: PRÓXIMAS Y DETERMINACIONES DE LA REESTRUCTURACIÓN PRODUCTIVA EN LA FORMACIÓN DE PROFESORES DE EDUCACIÓN FÍSICA EN BRASIL

BODY CULTURE INDUSTRY IN GYMNASTICS: NEXUSES AND DETERMINATIONS OF PRODUCTIVE RESTRUCTURING IN THE TRAINING OF PHYSICAL EDUCATION TEACHERS IN BRAZIL

DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v12i3.37043>

Bárbara Cristina Pupio¹

Resumo: O presente texto aborda os nexos entre o desenvolvimento da indústria da cultura corporal no setor de academias e as disputas pela direção da formação em Educação Física no Brasil, considerando o contexto de reestruturação produtiva e neoliberalismo. Fundamentadas na Concepção Materialista e Dialética da História, concluímos que, na correlação de forças, o que forjou as determinações da formação em Educação Física foram os interesses capitalistas de proprietários do setor (sejam eles empresários de academias ou empresários de ensino) na defesa por uma formação profissional que atendesse as demandas desse mercado em expansão.

Palavras-chave: Academias de Ginástica. Educação Física. Formação de Professores. Reestruturação produtiva.

Resumen: Este texto aborda los vínculos entre el desarrollo de la industria de la cultura corporal en el sector del gimnasio y las disputas sobre la dirección del entrenamiento de Educación Física en Brasil, considerando el contexto de la reestructuración productiva y el neoliberalismo. Con base en la concepción materialista y dialéctica de la historia, concluimos que, en la correlación de fuerzas, lo que forjó las determinaciones de la formación en educación física fueron los intereses capitalistas de los propietarios del sector (ya sean empresarios de la academia o empresarios de la enseñanza) en la defensa de un Formación profesional para satisfacer las demandas de este mercado en expansión.

Palabras clave: Gimnasios. Educación Física. Formación de profesores. Reestructuración productiva.

Resume: This text addresses the links between the development of the body culture industry in the gym sector and the disputes over the direction of Physical Education training in Brazil, considering the context of productive restructuring and neoliberalism. Based on the Materialistic and Dialectical Conception of History, we conclude that, in the correlation of forces, what forged the determinations of the formation in Physical Education were the capitalist interests of owners of the sector (be they academy entrepreneurs or teaching entrepreneurs) in the defense for a professional training to meet the demands of this expanding market.

Key Words: Gymnasiums. Physical Education. Teacher training. Productive restructuring.

Introdução - objeto, teoria e categorias

O artigo apresenta resultados de pesquisa de doutoramento que perguntou pelas determinações estruturais que levaram à aprovação da Resolução 07/2004 do Conselho Federal de Educação que promoveu a divisão da formação em Educação Física no Brasil em licenciatura e bacharelado.

Para a adequada formulação da pergunta e a delimitação do caminho da investigação que se iniciou no mestrado com a Dissertação “As disputas pela direção da formação de professores de Educação Física no Brasil (1980-2012)” (PUPIO, 2013), consideramos a teoria materialista e dialética da história, segundo a qual:

[...] as relações jurídicas, bem como as formas do Estado, não podem ser explicadas por si mesmas, nem pela chamada evolução geral do espírito humano; essas relações têm, ao contrário, suas raízes nas condições materiais de existência [...] na Economia Política.

[...] na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência (MARX, 2008, p.47).

A tese que Marx desenvolve no prefácio da "Contribuição à Crítica da Economia Política" permitiu-nos produzir a hipótese de que o aparato legal que subsidiou a divisão da formação só poderia ser compreendido se ultrapassássemos a análise do texto da lei, e avançássemos para a análise das condições objetivas que produziram o aparato legal. Ou seja, o aparato legal só poderia ser compreendido se considerássemos as "relações de produção (luta entre capital e trabalho) que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais".

De acordo com a Concepção Materialista e Dialética da História, estrutura e superestrutura se relacionam e se determinam mutuamente no modo de produção da existência, contudo, é a produção da vida material que determina, em última instância, as formas sociais de consciência. O método marxista orienta que a análise da superestrutura jurídica demanda a análise da "transformação material das condições de produção" (MARX, 2008, p.48) para o entendimento das transformações ideais no plano das representações, nas quais estão inclusas as legislações. Ou seja, um aparato legal não decorre de um movimento exclusivo da consciência, mas, antes, decorre de uma demanda objetiva. Sob esta orientação, evidenciava-se que o aparato legal respondia a interesses presentes nas relações de produção próprias da formação social brasileira, interesses que ganhavam força a partir do movimento das forças produtivas que ocorria no período, ou seja, ocorreram mudanças nas relações de produção em função de movimentos nas forças produtivas.

Na da Resolução 07/2004 do Conselho Federal de Educação, encontra-se em questão a disputa pela direção da formação de professores de Educação Física. Para compreendê-las, necessitávamos, em *primeiro lugar*, reconhecer as forças políticas que se enfrentaram na produção do aparato legal. Em *segundo lugar*, reconhecer os nexos destas forças políticas com os interesses concretos dos sujeitos históricos inseridos na produção da existência, na base econômica própria da formação social brasileira. Assim, a primeira fase da

investigação, procurou localizar os grupos de interesse que estavam influenciando na produção do aparato legal². A segunda fase – foco deste artigo – buscou reconhecer a cadeia produtiva da indústria da cultura corporal e nela, o entendimento que, o processo de divisão da formação de professores de Educação Física no Brasil compõe um conjunto de reestruturações desenvolvidas pelo capital no decorrer dos séculos XX e XXI, com a finalidade de recuperar as margens de lucro comprometidas com a crise estrutural de acumulação³.

Neste contexto, acentua-se a busca por novos mercados e a busca pelo aprimoramento dos meios de extração de mais valia e de reprodução do capital, expandindo-se a exploração da cultura e da educação, e, entre essas, da cultura corporal. Ocorre o significativo desenvolvimento de forças produtivas voltadas à fabricação de máquinas e equipamentos, vestuário, acessórios, suplementos alimentares, marketing, com expansão do uso da ciência e tecnologia nos processos produtivos, e, em contradição, a intensificação do processo de degradação do trabalho e da formação dos professores de Educação Física. Na correlação de forças para a aprovação das resoluções que regulam a formação, prevalecem os interesses do capital representados pelos grandes empresários, que encontram na indústria da cultura corporal e, em específico, no mercado de academias de ginástica, um filão de lucratividade.

Nesse sentido, o texto estrutura-se nos seguintes tópicos: a) reestruturação produtiva em tempos de acumulação flexível; b) o processo de divisão da formação de professores de Educação Física; c) indústria da cultura corporal e o mercado de academias de ginástica no Brasil.

Reestruturação produtiva em tempos de acumulação flexível

Adentramos a discussão da crise do capital a partir da análise de Marx (2013) e Engels (1988), os autores ressaltaram que o sistema fabril de produção, baseado na maquinaria mecanizada e na dependência do mercado mundial no século XIX, possibilitaram um ritmo de produção tão intenso, de modo a levar os mercados a saturação e períodos de estagnação. Sucodem-se, desde o desenvolvimento da grande indústria, ciclos de forte expansão, seguidos de superprodução, crise e estagnação, tornando-se necessário escoar o capital excedente (MARX, 2013). A crise impõe ao modo capitalista de produção ajustes estruturais com o objetivo de retomada da lucratividade.

Nesse sentido, por volta dos anos de 1970, desencadeou-se o processo de reestruturação produtiva e o neoliberalismo em escala mundial, enquanto mecanismos de gerência da crise do capital, em resposta ao esgotamento das políticas keynesianas do Estado de Bem-Estar Social e a queda geral na taxa de lucro do padrão de acumulação fordista. Os impulsos iniciais da reestruturação produtiva no Brasil marcam os anos de 1980 e são caracterizados por mudanças nos padrões organizacionais e tecnológicos no interior dos processos produtivos e, também, nas formas de organização social do trabalho (ANTUNES, 2006).

Iniciou-se o uso da informatização nos processos produtivos com base na microeletrônica e a implantação do modelo toyotista de organização da produção - sistemas *just-in-time* e *kanban*, programas de

controle de qualidade, métodos participativos alicerçados na produção *team work* (CAVALCANTI, 2014). Aliado a esse processo, verificou-se a partir dos anos de 1990 o deslocamento geográfico dos polos industriais (principalmente no ABC paulista) para regiões e localidades onde fosse possível baratear os custos com a produção, a partir do rebaixamento da remuneração da força de trabalho e dos incentivos fiscais oferecidos pelo Estado. Em setores tradicionais da indústria nacional, a exemplo dos setores automobilístico e de autopeças, têxtil, bancário, entre outros (ANTUNES, 2006).

As atuais condições da acumulação flexível nos processos produtivos – advindas com a tecnologia e informática na maquinaria – exigiram novas formas de socialização no interior da fábrica/empresa capitalista. Altera-se a base produtiva, tão logo, se faz necessário, a apropriação de novos conhecimentos e comportamentos da força de trabalho, ou seja, ocorreram alterações na formação do trabalhador com a finalidade de prepará-lo para: a) o manejo com a maquinaria, agora, de base informacional; b) o domínio e instrumentalização da técnica; c) a inserção das formas de organização da produção que requerem novas qualidades e atitudes da força de trabalho.

A “nova morfologia do trabalho” configura-se no seguinte tripé: a) a *desregulamentação* – visto a expansão da informalidade, do trabalho temporário, da terceirização e das formas de subcontratação que, hoje, tornam-se tendência no mercado de trabalho; b) a *intensificação* – o elevado grau de produtividade e a capacidade de extrair mais valor da força de trabalho, em tempo cada vez mais reduzido, c) a *precarização* – a instabilidade e a vulnerabilidade enfrentadas pela grande massa de trabalhadores disponíveis no mercado de trabalho (ANTUNES; DRUCK, 2014).

O controle, rigidez e opressão próprios da gerência taylorista que viam a força de trabalho apenas como executora, se opõem a forma de gestão toyotista que explora o máximo possível as capacidades cognitivas e habilidades do trabalhador para tornar o processo de trabalho mais produtivo. Em outras palavras, o toyotismo desenvolveu novos mecanismos de dominação e controle do trabalho, agora, mais coercitivos e participativos (JINKINGS, 2006).

Em síntese, a reestruturação produtiva determinou mudanças na descentralização da estrutura produtiva; no conteúdo do trabalho com a informatização da produção, nas formas de gestão e controle da força de trabalho, nas relações da empresa com as organizações da classe trabalhadora e no perfil e qualificação do trabalhador (polivalente, colaborador, participativo, e, acima de tudo, flexível as mais adversas condições de trabalho - superexploração, trabalho informal, subcontratação, longas jornadas de trabalho, a não garantia dos direitos trabalhistas, instabilidade, dentre outros elementos).

Almeida e Wolff (2013) afirmam que, o capital para sair de suas crises se utiliza de quatro estratégias que funcionam como respostas-padrão, na tentativa de retomada na queda da taxa de lucro. São elas: 1) "solução espacial", caracterizada pelo deslocamento da produção para novos territórios, onde se encontre força de trabalho e matérias-primas baratas; 2) "solução financeira", transferência do capital oriundo da produção para o capital especulativo, gerando novas oportunidades de investimento; 3) "solução tecnológica-organizacional",

reestruturação produtiva baseada na introdução de novas tecnologias na maquinaria (em paralelo, a redução da força de trabalho) e inovações organizacionais nos processos de trabalho que permitem o aumento da produtividade e levam a fragmentação e descentralização da produção, atingindo os direitos trabalhistas (dentre os exemplos mais comuns, a flexibilização da legislação trabalhista, contratos por tempo determinado, subcontratações e terceirizações); 4) "solução de produto", industrialização de novos ramos ou produtos que possibilitam escoar o capital excedente e compensar a queda na taxa de lucro, gerada pela crise de superprodução.

Todas essas soluções foram verificadas na formação social brasileira a partir das últimas décadas do século XX, com maior intensidade no XXI. No bojo das transformações, a transferência de capital para novos ramos ou produtos onde seja possível manter constante sua valorização, nos ofereceu indicativos de que poderia ser o mercado de academias de ginástica (um filão da indústria da cultura corporal), que se desenvolveu nos anos de 1980 a 1990, como uma alternativa de enfrentamento do capital frente a crise.

O processo de divisão da formação de professores de Educação Física (1980-2012)

No campo da Educação Física, as duas últimas décadas do século XX são profícuas na produção de proposições para o trato com o conhecimento da área na escola e para a formação de professores⁴. Reconhecemos a necessidade determinante dessas produções em um duplo movimento: por um lado, a Educação Física escolar perde sua centralidade no projeto de formação humana do capital (assim como o fora na época higienista e militarista), levando ao questionamento radical do paradigma das aulas voltadas ao treinamento desportivo e de sua relevância enquanto atividade a ser abordada no chão da escola. Por outro lado, e simultaneamente, o cultivo do hábito continuado de prática de atividades físicas vai sendo propagandeado e os elementos da cultura corporal⁵ vão sendo, em larga escala, transformados em mercadorias, cuja circulação e consumo passam pelo acesso aos clubes e academias, assumindo nova relevância e valor para o capital (COIMBRA, 2009).

Como parte deste movimento, a partir de 1980 realizou-se um intenso debate que visava a revisão da tarefa da Educação Física escolar e da formação de professores de Educação Física para a atuação nesse campo, com desenvolvimento de proposições pedagógicas e científicas. Os debates na área intensificaram-se. No contexto desses debates, surge a Resolução do Conselho Federal de Educação (CFE) nº 03/87 que determinou, em seu Artigo 1º, que “A formação dos profissionais de Educação Física será feita em curso de graduação que conferirá o título de Bacharel e/ou Licenciado em Educação Física” (BRASIL, 1987).

A referida reformulação permanece até início dos anos 2000, considerando que nesse tempo ocorreu: a) o avanço da reestruturação produtiva e do neoliberalismo na formação social brasileira; b) a baixa adesão dos colegiados ao curso de Bacharelado; c) a criação do Conselho Federal de Educação Física (CONFEF); d) a

expansão das faculdades privadas; e) a ampliação da indústria da cultura corporal, principalmente, o mercado de academias.

Nesse sentido, o processo de divisão da formação em Educação Física é concretizado legalmente em 2004, quando aprovada uma nova reformulação curricular. A Resolução CNE/CES 07/04 institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena (bacharelado), assim como estabelece orientações específicas para a licenciatura plena em educação física, nos termos definidos pela Res. 01/02 que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica (BRASIL, 2004).

A síntese do balanço da produção do conhecimento científico, a partir de estudos marxistas⁶ que versam sobre a formação de professores de Educação Física, de maneira geral, possibilitou reconhecer uma explicação da divisão da formação como resultado do movimento mais amplo de concentração e centralização do capital em sua fase imperialista (LENIN, 2012). Na tentativa de superar a crise econômica que apontava os países desenvolvidos – durante os últimos anos de 1960 com mais intensidade na década de 1970 – inicia-se um complexo processo de reordenamento, via reestruturação produtiva e neoliberalismo, enquanto estratégias de gerência da crise de superprodução, que de fato, era de caráter estrutural do capital (NOZAKI, 2004).

Nesse contexto, alteraram-se na base produtiva – os processos, os conteúdos e os métodos de trabalho – o modelo de organização taylorista/fordista foi gradativamente sendo substituído pelo toyotista de base microeletrônica, acarretando, adequações na qualificação da classe trabalhadora a estar atuando nesses novos modelos de produção. “O reordenamento do trabalho, causado pela introdução de novas tecnologias operacionais, altera a base técnica da produção, modifica a organização do trabalho e traz a demanda da formação de um trabalhador de novo tipo” (NOZAKI, 2004, p.19). Imbricado a esse processo, a desobrigação do Estado no que concerne a garantia de direitos sociais (educação, saúde etc.), na perspectiva liberal, atribuiu ao indivíduo a responsabilidade pelo acesso a esses serviços, ao mesmo tempo que, repercutiu na transferência de capitais para estes setores, expresso na expansão dos serviços privados, com destaque para as academias de ginástica a partir de 1980 e a consolidação da burguesia do setor de serviços no âmbito do fitness (COIMBRA, 2009). Justifica-se assim, que as políticas educacionais (e, portanto, as mudanças nos processos de formação) foram mecanismos de ajuste (adequação da força de trabalho – formação do trabalhador de novo tipo) necessários ao desenvolvimento do mercado capitalista. Na contramão da retomada de lucratividade do capital, encontra-se a precarização e exploração do trabalho/trabalhador, com impacto desta direção do capitalismo sobre a direção da formação da classe trabalhadora.

Em suma, as teses que defendem esta posição articulam as transformações no trabalho e na formação em Educação Física como componentes do processo de rebaixamento do valor da força de trabalho, próprio da reestruturação produtiva, com vistas a ampliar as margens de extração da mais valia, enquanto resposta à crise do capital (NOZAKI, 2004; PENNA, 2006; COIMBRA, 2009; DIAS, 2011; QUELHAS, 2012; MORSCHBACHER, 2012 e TAFFAREL, 2012). A contradição Capital X Trabalho determina que o capital só

se valoriza às custas da exploração da força de trabalho (trabalho realizado e não pago pelo capitalista, "mais valor") (MARX, 2013). Nesse sentido, uma das faces da reestruturação produtiva foi a precarização das condições de trabalho enquanto mecanismo de recomposição do modo de produção capitalista, à queda na taxa tendencial de lucro que se instalara nos anos de 1970.

Essas mudanças chegam efetivamente ao Brasil nos anos de 1990, na área da Educação Física implicaram em alterações: (a) no mundo do trabalho e nos campos de atuação – expansão do campo não escolar com a mercantilização das práticas corporais, introdução da microeletrônica e dos princípios toyotistas nos processos de trabalho, precarização das condições de trabalho (VIVAN, 2010); (b) nos debates acadêmicos e proposições pedagógicas - a crise de identidade da Educação Física que culmina no debate epistemológico e o avanço da perspectiva crítica na área (NOZAKI, 2004); (c) nos processos formativos - as reformulações curriculares (Res. n° 03/87 e Res. n° 07/04), crescimento do ensino superior privado (DIAS, 2011); (d) na correlação de forças no interior da área – o enfraquecimento da Federação Brasileira de Associações de Professores de Educação Física (FBAPEF⁷), a criação do sistema CONFEEF/CREFs e Associação Brasileira de Academias (ACAD) enquanto representantes da classe patronal, surgimento do Movimento Nacional Contra a Regulamentação do Profissional de Educação Física (MNCR), e o fortalecimento do Movimento de Estudantes de Educação Física (MEEF).

Desse modo, a primeira década do século XXI é marcada pelo acirramento das disputas no interior da Educação Física, obtendo hegemonia o projeto de separação do curso em Licenciatura e Graduação (Bacharelado). Com a nova reformulação curricular Resolução CNE/CES 06/2018, o projeto da formação fragmentada avança, contudo, já expressa as contradições da própria divisão, ao definir uma etapa comum (dois anos iniciais) e uma etapa específica (licenciatura ou bacharelado).

Indústria da cultura corporal: traços da reestruturação produtiva no mercado de academias no Brasil

Nessa parte, buscamos a partir da análise econômica do desenvolvimento do mercado de academias de ginástica, reconhecer as relações estabelecidas entre a reestruturação produtiva e as (novas) demandas de qualificação no setor que forjaram as mudanças na formação dos professores de educação física.

O mercado brasileiro de academias de ginástica diversifica-se e amplia-se anualmente. Dados estatísticos revelam um crescimento significativo no número de academias na primeira década do século XXI. Em 2000 eram em torno de 797 academias, alcançando o patamar de 16 mil estabelecimentos, em 2010 (SENAC, 2015). De acordo com o levantamento realizado pelo *International Health, Racquet & Sportsclub Association* (IHRSA) entre os anos de 2007 e 2012, o faturamento desse segmento dobrou, passando de 1,2 bilhão para 2,4 bilhões de dólares, o número de academias chegara a 23,4 mil em todo país. Esses dados colocam o Brasil em segundo lugar, como o país com o maior número de academias do mundo, perdendo apenas, para os Estados Unidos (VALOR ECONÔMICO, 2013). Outra pesquisa mais recente realizada por esse mesmo Instituto (IHRSA)

revela que, em 2014, o mercado movimentou R\$ 4,8 bilhões ao ano, com mais de 30 mil academias em funcionamento. Em 2015, entrou na casa de cerca de 31.800 academias, com mais de 7,9 milhões de alunos matriculados (HAYDÉE, 2015).

Em suma, é notável que mesmo na conjuntura de crise estrutural do modo de produção capitalista, o mercado de academias de ginástica apresente: (a) expressivo crescimento do número de academias de ginástica (de 797 a mais de 30 mil nos últimos quinze anos); (b) ampliação e diversificação de mercadorias nesse segmento; (c) aumento no número de consumidores e praticantes. Em outras palavras, a partir dos anos de 1980, vem se desenvolvendo uma indústria em torno da cultura corporal que se mostra muito lucrativa para o capital.

As academias de ginástica são espaços historicamente centrais voltados ao comércio e consumo no âmbito da cultura corporal. Junto a elas, uma imensa coleção de produtos e serviços das mais diversas espécies foram criados para serem consumidos pelos praticantes dessas atividades. Entendemos que elas são as “lojas” por onde circulam, mundialmente, uma gama de serviços/mercadorias, desde a variedade de práticas corporais que surgem a todo o momento (treinamento funcional, treinos personalizados e específicos, *pilates* solo, remo indoor, zumba etc.), às máquinas e equipamentos cada vez mais sofisticados, roupas, calçados e alimentos. Reconhecemos que o setor de academias de ginástica é responsável por movimentar um conjunto de atividades econômicas, ramos industriais e de serviços⁸.

O levantamento da expansão do setor de academias no século XXI nos ofereceu indicativos para considerar que, a indústria da cultura corporal pode compor o conjunto dos novos mercados para os quais o capital se expandiu no processo de reestruturação produtiva, com vistas a retomar as taxas de lucro na fase de acumulação flexível.

A análise sobre os dados econômicos da indústria da cultura corporal em academias de ginástica e o seu desenvolvimento na cadeia produtiva no interior da economia brasileira nos possibilitou chegar as seguintes conclusões: *a)* é um ramo produtivo, com expressivo crescimento no século XXI, principalmente a partir de 2010, momento em que esse mercado cresce mais que o dobro em um período de cinco anos; *b)* o setor brasileiro é composto pela heterogeneidade de academias em relação ao: capital investido, tamanho, introdução de teorias e técnicas administrativas, oferta de serviços, prevalecendo as micro e pequenas empresas (que representam aproximados 80%, segundo a ACAD, 2017), em geral, caracterizam-se por pouco investimento e baixo grau de produtividade; *c)* as grandes marcas de academias, parcela ínfima, mas que tem crescido no setor, tomam a dianteira na introdução de tecnologias em equipamentos e aparelhos e na organização do processo de trabalho a partir dos princípios toyotistas, são elas que possuem maior racionalização nos processos de produção, altos índices de faturamento e apostam no sistema de franquias como mais uma alternativa de expansão da empresa; *d)* dessa mescla, forma-se o mercado de academias brasileiro, grande em número de academias, porém, inexpressivo em receita total e inconsistente na quantidade de alunos/membros (em comparação com a população brasileira), além da baixa média de alunos por academias e do *ticket* mensal; *e)* quanto ao desempenho econômico, o setor de academias brasileiro se mantém em posição considerável no quadro dos maiores

mercados mundiais (mesmo diante das quedas consecutivas em 2015 e 2016), sendo o maior mercado no contexto latino-americano de acordo com os dados de 2016 (IHRSA, 2017).

Identificamos, em relação aos traços da reestruturação produtiva no ramo de academias, que o aumento da tecnologia nos equipamentos e aparelhos no interior das academias automatizou o consumo da cultura corporal, transferindo à maquinaria boa parte do conhecimento, que antes era exclusivo do professor de Educação Física quanto a orientação do aluno na execução de atividades. A racionalização do processo de produção no interior das academias demanda ajustes na qualificação do professor de Educação Física para lidar com a tecnologia contida nesses equipamentos, as novas formas de atendimento ao aluno e a organização do trabalho pedagógico.

A expansão das academias no país segue contínua, o que demanda força de trabalho para atuar nesse comércio. A reestruturação produtiva encontra-se em processo no setor, há uma parcela pequena de grandes marcas que fazem avançar a tecnologia nos instrumentos e os princípios toyotistas no interior das academias, todavia, nosso mercado é composto majoritariamente de micro e pequenas empresas que apresentam baixa produtividade, equipamentos rudimentares e formas tayloristas de organização do trabalho. A racionalização nos processos de produção no interior das academias não correspondeu ao ritmo acelerado de abertura de novos estabelecimentos, se por um lado, a introdução de equipamentos e aparelhos microeletrônicos reduziu a necessidade de força de trabalho e desqualificou-a (transferindo o conhecimento do professor para a máquina), por outro lado, repercutiu no ensino superior, com o aumento no número de egressos nos cursos de Educação Física (Licenciatura e Bacharelado).

Verificamos que a reestruturação produtiva teve mais impacto no ensino superior (com a expansão dos cursos de Graduação em Educação Física), do que na demanda por novas qualificações nas academias, nos levando a pensar que o processo de divisão da formação visou o mercado de oferta de formação superior em Educação Física⁹. Os dados nos apontaram que a introdução de tecnologia nos equipamentos e aparelhos nas academias acarretou na redução e desqualificação da força de trabalho, em contradição, com o aumento na procura por cursos de formação em Educação Física (PUPIO, 2017).

Considerações finais

Concluimos que houve a necessidade de adequação na força de trabalho, no que se refere as inovações presentes nos equipamentos e aparelhos, as novas modalidades corporais, conhecimento de *marketing* e, principalmente, em relação a atitude pessoal que deve estar voltada ao empreendedorismo e flexibilização, contudo não foram alterações significativas no conteúdo do trabalho do professor de Educação Física, a ponto de justificarem a divisão da formação em Licenciatura e Bacharelado, ocorrida em 2004 e - reafirmada em 2018. Com base nessas considerações, entendemos que as implicações da reestruturação produtiva atingiram com

maior ênfase as condições de trabalho e de formação do que o conteúdo, propriamente dito, do trabalho do professor de Educação Física.

Todavia, apreendemos elementos da indústria da cultura corporal em academias que validam, em certa medida, a tese de que na correlação de forças, o que forjou as determinações da formação em Educação Física não foram as novas exigências de qualificação da força de trabalho, características da reestruturação produtiva, mas sim, os interesses capitalistas de proprietários do setor (sejam eles empresários de academias ou empresários de ensino) na defesa por uma formação profissional que atendesse as demandas desse mercado em expansão.

O reconhecimento da cadeia produtiva do setor de academias e os dados econômicos desse mercado que sistematizamos, podem contribuir para problematizar o debate em torno das disputas pela direção da formação em Educação Física. Os empresários de academias e de ensino, que não foram sujeitos diretos no processo histórico de discussão e aprovação da resolução que determinou a divisão da formação, podem ter influenciado esse processo, para além daquilo que sabemos.

Referências

ACAD. **Guia de Fornecedores** Online. s/d. Disponível em: http://www.acadbrasil.com.br/guia_online.html. Data de acesso: 12/03/17.

ALMEIDA, Sérgio Antunes de; WOLFF, Simone. A industrialização da educação na dinâmica do capitalismo contemporâneo: novas tecnologias e o trabalho docente sob o ensino a distância. In: ANTUNES, R. (org). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2013. p.229-244.

ANTUNES, Ricardo. A era da informatização e a época da informalização: riqueza e miséria do trabalho no Brasil. In: ANTUNES, R. (org). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil I**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2006. p.15-26.

ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil I**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2006.

ANTUNES, Ricardo; DRUCK, Graça. A epidemia da terceirização. In: ANTUNES, R. (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2014. p.11-24.

BRASIL. Conselho Federal de Educação. **Resolução CFE 03/1987**, de 16 de junho de 1987. Fixa os mínimos de conteúdo e duração a serem observados nos cursos de graduação em Educação Física (Bacharelado e/ou Licenciatura Plena). Brasília, 1987.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CES 07/04**, de 31 de março de 2004. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena. Brasília, 2004.

BRASIL ECONÔMICO. **Indústria mundial da moda estima crescer 3,5% este ano**. 02 fev. 2017. Disponível em: <http://economia.ig.com.br/2017-02-02/mercado-da-moda.html>. Data de acesso: 23/05/17.

CAVALCANTI, Sávio. O setor de telecomunicações no Brasil: tendências da prestação de serviços e da situação do trabalho na década de 2000. In: ANTUNES, R (org). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III**. São Paulo: Boitempo, 2014.

COIMBRA, Tatiane Cordeiro. **Reordenamento no mundo do trabalho e a precarização do trabalho do professor de educação física: mediações da mercadorização da cultura corporal**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

- DIAS, Fernanda Braga Magalhães. **A fragmentação da formação de professores de Educação Física: minimização da formação sob a ordem do capital.** 2011. 297f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.
- ENGELS, Friedrich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico.** 9 ed. São Paulo: Global Editora, 1988. (Coleção bases).
- FURTADO, Roberto Pereira. **O não-lugar do professor de educação física em academias de ginástica.** 2007. 186f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007.
- HAYDÉE, Lygia. Brasil é o segundo em número de academias. **Ativo.** 20 ago. 2015. Disponível em: <http://www.ativo.com/fitness/brasil-e-o-segundo-em-numero-de-academias>. Data de acesso: 18/04/18.
- INTERNATIONAL HEALTH, RACQUET & SPORTSCLUB ASSOCIATION (IHRSA). **The IHRSA global report 2017: the state of the health club industry.** Boston: IHRSA, 2017.
- JINKINGS, Nise. A reestruturação do trabalho nos bancos. In: ANTUNES, R. (org). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil I.** São Paulo: Boitempo, 2006.
- LENIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo: ensaio popular.** São Paulo: Expressão popular, 2012.
- MARX, Karl. **Contribuição à crítica da Economia Política.** 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MARX, Karl. **O Capital.** Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã.** São Paulo: Boitempo, 2007.
- MORSCHBACHER, Márcia. **Reformas curriculares e a formação do (novo) trabalhador em Educação Física: a subsunção da formação à lógica privada/mercantil.** 2012. 252f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012.
- NOZAKI, Hajime Takeuchi. **Educação Física e Reordenamento no Mundo do Trabalho: mediações da regulamentação da profissão.** 2004. 383 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2004.
- PUPIO, Bárbara Cristina. **As disputas pela direção da formação de professores de Educação Física no Brasil (1980-2012).** 2013. 201f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação Associado em Educação Física UEM/UEL, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.
- PUPIO, Bárbara Cristina. **Cadeia produtiva da indústria da cultura corporal em academias de ginástica: em busca dos nexos e determinações da tese da divisão da formação como decorrência da reestruturação produtiva.** 232 f. il. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.
- QUELHAS, Álvaro de Azevedo. **Trabalhadores de educação física no segmento fitness: um estudo da precarização do trabalho no Rio de Janeiro.** Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual Paulista, 2012.
- SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL (SENAC). **Pesquisa aponta aumento no número de academias e de praticantes de atividades físicas.** 16 out. 2015. Disponível em: <https://www.sp.senac.br/jsp/default.jsp?tab=00002&newsID=a21201.htm&subTab=00000&testeira=727&uf=&local=&l=&template=&unit=>. Data de acesso: 06/01/16.
- TAFFAREL, Celi Nelza Zülke. Formação de professores de Educação Física: diretrizes para a formação unificada. **Revista Kinesis**, Santa Maria, v.30, n.1, p.95-133. 2012.
- VIVAN, Renato Pizzatto. **Mercantilização das práticas corporais e metamorfoses no trabalho: um estudo sobre a indústria do fitness e bem-estar.** 2010. 102f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

Notas:

- ¹ Possui graduação em Educação Física pela Universidade Estadual de Maringá (2008). Especialização na Teoria Histórico-Cultural pelo Departamento de Psicologia, Universidade Estadual de Maringá (2010). Mestre em Educação Física pelo Programa de Pós-Graduação Associado em Educação Física UEM/UEL, na linha Trabalho e Formação em Educação Física (2013). Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia (2017). Atualmente é professora temporária do Departamento de Educação Física da Universidade Estadual de Maringá. Pesquisa, principalmente, os seguintes temas: trabalho, educação, educação física, formação de professores, indústria da cultura corporal. É participante do Grupo de Estudos e Pesquisas Marxismo e Políticas de Trabalho e Educação (GEPMTE/FACED/UFBA) e do Grupo Marxismo, Atividade Lúdica e Educação (Marlutte/DEF/UEM). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5824-4038> Email: barbarapupio@gmail.com
- ² Dissertação de Mestrado, Pupio (2013).
- ³ Tese de Doutorado, Pupio (2017).
- ⁴ Dentre as obras principais: Bracht, 1999; Castellani Filho, 1999; Coletivo de Autores, 1992; Kunz, 1994; Soares, 1990 e Taffarel, 1993.
- ⁵ Os elementos da cultura corporal, de acordo com o Coletivo de Autores (1992) são: Esportes; Lutas; Ginástica; Dança e Jogos.
- ⁶ Dentre os referenciais: Almeida (2002); Alves (2010); Both (2009); Coimbra (2009); Cruz (2009); Dias (2011); Lemos et al (2012); Morschbacher (2012); Penna (2006); Pupio (2013); Nozaki (2004); Quelhas (2012); Santos Júnior (2005); Silva et al (2011); Silva e Frizzo (2011), Souza Neto et al (2004); Taffarel (2012).
- ⁷ Aqui, há uma dissolução da FBAPEF que está associada à defesa da CNTE como representante dos professores. Em oposição, a parcela de professores que defendiam a regulamentação da profissão e vão construir o CONFEEF.
- ⁸ Desenvolvemos um fluxograma da cadeia produtiva (inédito), a partir do qual, foi possível traçar os elos entre as indústrias e os setores de serviços engajados no setor de academias. Consultar Pupio (2017), p. 182.
- ⁹ De acordo com os dados do Inep, o número de egressos nos cursos de Licenciatura e Graduação (Bacharelado) em Educação Física entre 2010 a 2015, indica a prevalência da Licenciatura, em paralelo, ao Bacharelado com maiores oscilações. O número de trabalhadores postos no mercado foram, respectivamente: 32.984 (2010); 34.263 (2011); 34.286 (2012); 29.269 (2013); 30.205 (2014) e 35.032 (2015), nota-se moderado crescimento (MORENO, 2017). Se compararmos ao início dos anos 2000, temos uma dimensão do aumento de egressos, segundo o Inep (2003), em 2003 - momento em que ainda não tinha sido aprovada a Resolução do CNE nº 07/2004 que rege sobre a criação da Licenciatura e Graduação - concluíram o curso em torno de 14.560 alunos. Ou seja, após o processo de divisão da formação e a criação de dois cursos, o número de trabalhadores formados em Educação Física mais que dobrou no intervalo de 12 anos (de 14.560 em 2003 para 35.032 em 2015). Quando projetamos essa variável para os cursos de formação à distância, o número de egressos multiplica-se em larga escala.

Recebido em: 29.05.2020

Aprovado em: 18.08.2020